



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Formação social brasileira e Racismo Ambiental: apontamentos para debate

Ana Paula Cupertino da Silva¹

Aristela Vieira de Sousa²

Resumo: Objetiva-se apresentar uma reflexão teórica sobre Formação Social Brasileira e Racismo Ambiental. Foi realizada pesquisa qualitativa com coleta de dados bibliográfica. Apresenta elementos do escravismo na formação social capitalista brasileira, visando apontar a lógica do Racismo Ambiental. E por fim, aponta os desafios para pensar o racismo ambiental, frente ao emblemático caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no ano de 2015.

Palavras-chave: formação social brasileira; racismo ambiental; rompimento da barragem.

Brazilian social formation and environmental racism: Notes for debate

Abstract: The aim is to present a theoretical reflection on Brazilian Social Formation and Environmental Racism. A qualitative study was conducted based on bibliographic data collection. The text discusses elements of slavery within the formation of Brazilian capitalist society, seeking to highlight the underlying logic of Environmental Racism. Finally, it addresses the challenges of analyzing environmental racism in light of the emblematic case of the Fundão dam collapse, which occurred in Mariana in 2015.

Keywords: Brazilian social formation; environmental racism; dam break.

1. Introdução

O presente trabalho é resultado dos apontamentos provenientes da dissertação de mestrado em Política Social da primeira autora, que teve por objetivo apreender a Formação Social Capitalista Brasileira, a partir do pensamento social de Clóvis Moura e do mestrado em Serviço Social da segunda autora, que buscou discutir a ofensiva neocolonial frente à exploração da Natureza.

A partir das reflexões produzidas, esse artigo nasce com o objetivo de levantar apontamentos sobre em que medida os pilares da formação social capitalista brasileira, sendo eles *exploração*, *expropriação* e *resistências*, de acordo com o pensamento de Clóvis Moura, podem colaborar para a apreensão do racismo ambiental

¹ Doutoranda em Política Social na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora substituta do departamento de Serviço Social na (UFES). Email: anapaulacupertino31@gmail.com

² Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Comunitários (GRIPES). Email: aristelaestudo@gmail.com

na atualidade e suas diversas refrações, como no emblemático caso do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no ano de 2015.

No que diz respeito à metodologia, além da revisão de literatura de autores clássicos e contemporâneos do campo das Ciências Sociais, a pesquisa bibliográfica também foi adotada, selecionadas a partir das categorias *formação social brasileira*, *racismo* e *questão ambiental*. A análise foi realizada pela técnica de análise de conteúdo, e a teoria norteadora da discussão é o materialismo histórico dialético, pois é através dessa lente teórica que se tem a possibilidade de apreensão do real para além da pseudoconcreticidade, para reconstruí-lo e analisá-lo a partir das suas complexidades (KOSIK, 1969; NETTO, 2011; LIMA; MIOTO, 2007)

O artigo foi dividido em três partes, sem considerar a presente introdução, sendo a primeira com o objetivo de levantar alguns apontamentos sobre o processo de formação social brasileira, a partir de uma leitura Moureana, seguida da discussão sobre o conceito de racismo ambiental e suas confluências em relação à questão social. Por fim, aprenderemos esse conceito a partir de uma de suas expressões mais latentes, como o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, no ano de 2015.

2. Formação Social Capitalista Brasileira: apontamentos para o debate

A partir do *pensamento Moureano*, foi possível perceber que a formação social brasileira possui três pilares essenciais, sendo eles a *exploração*, sobretudo da força de trabalho, a *expropriação* dos bens naturais e coletivos do território e as *lutas e resistências* frente às diferentes formas de degradação da existência pelo capital (MOURA, 2020).

De acordo com MOURA (2019), na formação social capitalista brasileira, no contexto do modo de produção escravista. Negros/as escravizados/as, foram responsáveis pela estabilidade nos trópicos de uma economia latifundiária e colonial, baseada na exportação de gêneros para o mercado mundial. O lucro então, era alcançado pela exploração do trabalho de milhares de negros/as escravizados/as trazidos da África que, tratados como coisa e/ou seres alienados da sua essência humana garantiram a acumulação de riqueza da classe senhorial.

Por um lado, MOURA (2020) destaca que esse processo determinou a dominação econômica e extra econômica da classe senhorial voltado para defender os direitos dos senhores e seus privilégios. Mas por outro, determinou a rebeldia, a insurgência negra e a formação de Quilombos que, embora não tenha modificado a estrutura com a criação de um novo modelo de ordenação social, possibilitou o permanente desgaste do sistema. SILVA (2017) nos elucida, que essa é uma contradição do modo de produção escravista/capitalista. Ou seja, a brutalidade gestada pelo escravismo, foi o chão, a base concreta do povo negro para a idealização da fuga, do movimento teleológico de planejar uma vida em liberdade. Pois, ao mesmo tempo, foi o Quilombola, o escravizado/a que se negava a condição de exploração que dinamizou a passagem de uma forma de trabalho para outra: a passagem do trabalho escravizado para o trabalho livre.

Tal dinâmica, conforme MOURA (2020) ocasionou a insustentabilidade desse modo de produção colaborando com o processo de modernização capitalista, sendo uma “modernização sem mudança social”. Essa consistiu, em favorecer o domínio do capital monopolista na economia brasileira e manter os privilégios dos fazendeiros e a reprodução de mecanismos discriminatórios que mantivessem os trabalhadores negros/as fora da propriedade da terra e com barreiras para a venda da força de trabalho como trabalhador livre.

Esses elementos teóricos, constituíram os pilares da formação social capitalista brasileira, que nas palavras de MOURA (1983, p. 135) consiste no fato de que “[...] o Brasil, na sua formação histórico-social construiu dois modelos de sociedade: o escravismo colonial, subordinado à economia colonialista e o capitalismo dependente subordinado ao imperialismo”. Assim, o modo de produção escravista entrou em decomposição. Mas, os pilares da formação social capitalista brasileira, fundada no escravismo colonial, foram mantidos.

O capitalismo dependente que substituiu o modo de produção escravista se aproveitou dos mecanismos reguladores da economia subdesenvolvida. Portanto, os pilares do escravismo foram remanejados e dinamizados na sociedade de capitalismo dependente (MOURA, 1983).

Dessa forma, a lógica predatória e racial da economia capitalista sobre os/as trabalhadores/as e recursos naturais e ambiente se reatualiza. SANTOS et al., (2022, p. 166) nos elucida que “a apropriação capitalista que devasta a natureza é parte do mesmo movimento de produção de valor que marca a relação predatória entre capital e força de trabalho”. Assim, é inerente à economia capitalista a destruição da natureza e da vida social devido à sua essência predatória e perdulária que visa à manutenção do ritmo de acumulação de capital. Que subjuga, tanto a natureza quanto a força de trabalho para sua reprodução, mesmo que isso custe as condições naturais de conservação da vida no planeta.

Dessa forma, a busca pelo lucro perpetua condições degradantes e desumanas para os trabalhadores/as, dos países periféricos, sob domínio do imperialismo e do desenvolvimento desigual e combinado (SANTOS et al., 2022). Portanto, a formação social capitalista brasileira apresenta os pilares de sustentação da economia política do capitalismo, no Brasil. Sendo possível perceber que desde o primeiro momento a relação do capitalismo colonialista foi de exploração e expropriação de recursos naturais e ambientais, do Brasil e África. E também, de exploração e expropriação do trabalho de negros/as do continente africano, incorporados de forma forçada, ao Brasil.

Dessa forma, o Racismo Ambiental é inerente a economia política do capitalismo. Pois, na mesma medida em que explorou e expropriou o trabalho de negras/as escravizadas, também explorou e expropriou os recursos naturais e ambientais da África e Brasil.

3. Questão ambiental e racismo ambiental na produção capitalista do espaço

Segundo HARVEY (2014, p. 82) “[...] a atividade capitalista produz o desenvolvimento geográfico desigual [...]”. Dessa forma, a crise do capital marca diversas mudanças em escala ampliada na organização do sistema-mundo em âmbito global, e em um contexto de capitalismo periférico, expõem particularidades que dizem respeito a nossa formação social, sobretudo ligadas à dimensão do racismo estrutural e das intensivas investidas sobre a Natureza, em uma experiência ampliada sobre os territórios.

De acordo com ARÁOZ (2020; 2015), um dos vetores utilizados pelo capital se materializa na abertura dos países de capitalismo periférico – que mantém um passado rememorado através das práticas coloniais – aos desígnios da valorização do capital, na transferência de capitais ociosos para investimento em países considerados *não (des)envolvidos* ou em fase de *(des)envolvimento*.

A reformulação do padrão de acumulação e a centralidade da exportação de bens naturais e coletivos dos países colonizados, ainda que não seja novidade, se acentua com o neoliberalismo. Nesse ensejo, as políticas neoliberais, enquanto um instrumento de abertura do ciclo de expansão do capital a nível internacional, se utiliza da expropriação da Natureza - corporificadas no extrativismo - e que na exploração da força humana de trabalho, condicionando a base material desse padrão de acumulação, sustentando a trajetória sócio territorial e político-geográfica da estrutura moderna-colonial (ARÁOZ, 2013).

HARVEY (2014; 2015) analisa que esse movimento de fuga de capitais que se engendra na contemporaneidade, remete-nos a um dos conceitos fundadores na construção da modernidade. Materializada na tomada dos territórios, nos encobrimentos de corpos e histórias, sobretudo de pessoas negras, assim como de práticas de pilhagens de guerra, no processo de acumulação originária do capital. Porém, sob uma nova roupagem, e que mesmo contemporânea, nos remete às estruturas arcaicas da Formação Social Capitalista Brasileira.

Na medida em que parte dos territórios (des)envolvem suas forças produtivas amparada por técnicas cada vez mais sofisticadas, uma parte do globo ocupa o papel de provedora de toda base material necessária, dando suporte ao aprimoramento das técnicas nas economias, assim chamadas desenvolvidas, em uma relação que HARVEY (2014) denomina por *espoliação*. De acordo com o autor, esse conceito rememora as raízes do modo de produção capitalista, no que MARX (2017) apreende enquanto dimensão do processo de *acumulação originária*, porém, diante das novas dinâmicas do tempo histórico.

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreve, isso significa tomar, digamos a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital (HARVEY, 2014, p. 124).

Dito isso, quando pensamos nos territórios espoliados, que se conformam como base material no âmbito da acumulação global, estamos nos referindo a territórios específicos, de populações que têm uma dinâmica própria de vida em comunidade. Modos de reproduzir existências que não necessariamente dizem respeito a valorização do valor. Espaços que são demarcados pela forma e manutenção que as pessoas que os habitam controlam e organizam seu modo de vida junto aos bens naturais e coletivos (LEROY, 2011).

Essa dinâmica de exportação subordina os países exportadores de bens naturais e coletivos dentro da divisão internacional do trabalho, vinculando-o organicamente à economia-mundo do capital. Essa vinculação possibilita o desenvolvimento do capitalismo global como um todo, assim como reproduz sua contínua manutenção, tornando assim, países latino-americanos, como “quintal do mundo desenvolvido”, enquanto país na condição de uma economia dependente, direcionada na produção de matérias-primas para exportação, visando sustenta o caráter de (des)envolvimento dos países colonizadores (ARÁOZ, 2016; ARÁOZ, 2013).

De acordo com ARÁOZ (2015, p. 178, tradução nossa),

[...] os novos sujeitos do poder estabeleceram o centro do mundo, suas margens e periferias; decidiram os de cima e os de baixo. [...] marcaram os recursos (de seu interesse) nos territórios-objetos-de-saqueio; impuseram sua língua sobre as terras conquistadas e a natureza descoberta; repartiram seus pertences; desenharam os Estados e a divisão internacional do trabalho. Estabeleceram então, a verdade e a lei.

Desde os saques nas colônias até a despossessão dos territórios “livres e democráticos”, ela ainda faz parte da dinâmica que dá forma e estabilidade ao mundo neocolonial, podendo ser resumida em uma “[...] compressão do espaço e do tempo para fins da colonização primária globalmente abrangente” (ALTVATER, 2010, p. 100).

A partir dessa apreensão da divisão do espaço para produção e reprodução do capital, o racismo ambiental se alicerça na descartabilidade de corpos e territórios localizados em determinadas *fronteiras* do globo, onde sua existência física, simbólica, cultural e social é descartada para atender a reprodução ampliada do capital (FIGUEIRA, 2021).

Além do processo de colonização e seu processo de demarcação no globo, podemos citar um caso contemporâneo que é um reflexo da dimensão do racismo ambiental no Brasil, sendo o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, em Mariana

- Minas Gerais (MG) -, em 2015. A barragem, cuja propriedade se vinculava à Mineradora Samarco, derramando cerca de 34 milhões de m³ de um *mar de lama* entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atingindo centenas de comunidades que viviam no entorno do e com o Rio Doce (SOUSA, 2025).

A partir dos relatórios produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), encomendados pelo Ministério Público Federal (MPF), sobre os impactos e valoração dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em 2019 e 2021, no que tange o município de Linhares, o perfil de autodeclaração de raça e cor no universo dos entrevistados, corresponde a um total de 22,62% se autodeclararam brancas, 45,24% se autodeclararam pardas, 16,67% se autodeclararam pretas, 4,76% se autodeclararam indígenas, 10,71% não quiseram declarar (SOUSA, 2023).

Diante desses dados, é possível observar que o perfil dos atingidos é majoritariamente de pessoas negras, conformando um *quantum* de 61,90%. Outro dado que invoca atenção é o expressivo número de não declarações. Vale pontuar que ambas as pesquisas ocorreram no período atravessado pela Pandemia da SARS-CoV-2, e todas as entrevistas foram realizadas em formato remoto, ou seja, a partir de um dispositivo online, o que confere apenas um *recorte* da realidade retratada.

Importante salientar que uma das dimensões do racismo ambiental também diz respeito à expropriação da Natureza, e na relação orgânica entre ela e as mulheres e homens que produzem sua existência simbólica e material nos territórios. Essa apreensão possibilita o entendimento do território para além de representações físicas instituídas dentro de um determinado espaço, sob a égide de um tempo histórico específico (SILVA, 2015).

Dessa forma, o território implica o tempo vivido, o tempo da experiência, mas também o tempo das determinações do capital, movimentando, como assinala MOURA (1983), diversas formas de lutas e resistências nos espaços onde são reproduzidos materialmente e simbolicamente as diferentes realidades sociais. Com isso, superando a dimensão de uma pseudoneutralidade, os territórios carregam as marcas das estruturas que compõem a sociabilidade do capital, sendo o racismo, um dispositivo de sustentação do capital em sua gênese.

4. Considerações Finais

A partir da revisão de literatura apoiada no pensamento de Clóvis Moura foi possível perceber que a formação social capitalista brasileira possui como pilares: a) exploração; b) expropriação; c) lutas e resistências. Esses pilares, se materializam nas formas de uso e apropriação do território, evidenciando aspectos que dizem às disputas pela Natureza, que se materializam na tomada de espaço geograficamente e racialmente situados, trazendo para o cerne da discussão, a dimensão do racismo ambiental, assim como da exploração do trabalho.

Porém, faz-se necessário reafirmar sempre que as lutas e resistências da classe trabalhadora também são pilares estruturais no capitalismo, que diante das trincheiras, reconstroem novos espaços de existência, a partir do horizonte de seu tempo histórico.

Referências

- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ARÁOZ, H. M. **El territorio moderno y la geografía (colonial) del capital**. Uma arqueologia mínima. *Memoria y Sociedad*, n.39, 2015.
- ARÁOZ, H. M. **Extractivismo y “Consenso Social”: Expropiación – consumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) en contextos neocoloniales**. *Revista Cuestiones de Población y Sociedad*, vº. 03, nº. 03, 2013.
- ARÁOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- ARÁOZ, H. M. **O debate sobre o “extrativismo” em tempos de ressaca**. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, S. (Org). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016.
- CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. *Portuguesa de Educação*, n.16, p. 221-236, 2003.
- FIGUEIRA, A. L. S. **Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidade racializadas**. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/arist/Downloads/ateliel,+9+-+Racismo+ambiental%5EJ+cidadania+e+biopol%C3%ADtica.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2026.

- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEROY, J. P. **Territórios e bens comuns**. *Agriculturas*, v. 8, n. 4, 2011.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. *Katálisis*, Florianópolis, sem/n, v. 10, p. 37-45, 2007.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, 1983.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2 edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil negro**. 3 edição. São Paulo: Anita, 2020.
- MOURA, C. **Quilombos: resistência ao escravidão**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 6 edição. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**. 1 edição. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- SANTOS, J. S. ; SILVA, E. M.; SILVA, M. **Racismo Ambiental e desigualdades estruturais no contexto de crise do capital**. *Temporalis*, n. 43, p. 158-173, 2022.
- SILVA, A. P. P. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPÍDIO, M. H; VALDO, J. P. S. ; ROCHA, R. (Org.). *Desafios para o Serviço Social na Luta Antirracista: questão étnico racial em debate*. São Paulo: Annablume. p. 55-72, 2021.
- SILVA, K. C. R. **A memória para pensar o espaço: a perspectiva do lugar**. *Geograficidade*, v. 5. n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12942/pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2026.
- SOUSA, A. V. **“Ai, antes fosse mais leve a carga”**: o neocolonialismo latino-americano e os efeitos do rompimento da barragem da Samarco nas comunidades de Linhares/ES. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023.

SOUSA, A. V. **Extrativismo no Brasil e o rompimento da barragem da Samarco: considerações sobre Linhares** – Espírito Santo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2026, Juiz de Fora. Anais [...]. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2026. Disponível em: https://www2.ufjf.br/seminariointernacionalss/wp-content/uploads/sites/636/2026/03/ANAIS_SEMINTSS_FINAL_acertado.pdf. Acesso em: 04 de maio de 2026.